

Dívida preocupa governadores

15 OUT 1996

JORNAL DO BRASIL

São Paulo — Folha Imagem

LÁSZLÓ VARGA

Agência JB

SÃO PAULO — Governadores de 19 estados reuniram-se ontem no Palácio dos Bandeirantes para pressionar o presidente Fernando Henrique Cardoso e o Congresso a tomarem medidas que facilitem a rolagem de suas dívidas. Uma das principais reivindicações é a inclusão da dívida contratual, vinculada a instituições como a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil, no pacote que o Ministério da Fazenda já tem demonstrado disposição de negociar com os estados. “Hoje estamos pagando juros de 2,88% ao mês nas dívidas contratuais e queremos que o percentual passe para 6% ao ano”, declarou o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiç (PT). A ampliação do prazo de pagamento de 20 meses para 30 meses também faz parte da reivindicação sobre as dívidas contratuais.

As maiores dívidas estaduais se concentram nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Juntas, essas unidades federativas somam R\$ 40 milhões em dívidas mobiliárias. Somente o Rio Grande do Sul e Minas Gerais assinaram com o Ministério da Fazenda protocolos de intenção para renegociação das dívidas, com juros anuais de 6% mais correção pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio



19 governadores se reuniram no Palácio dos Bandeirantes para pressionar governo na rolagem das dívidas

Vargas. Uma das exigências do governo federal é que 20% da dívida seja paga em privatizações, sendo que o restante é reescalonado para um pagamento num prazo de 30 anos. A criação de um plano de demissões de funcionários públicos é outra condição.

Os governadores do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), e do Espírito Santo, Vitor Buaiç (PT), negaram que pretendam utilizar o apoio ao projeto de reeleição de Fernando Henrique ao Pa-

lácio do Planalto para renegociar suas dívidas. “Sou contra a reeleição”, declarou Buaiç. Segundo o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), a renegociação das dívidas dos estados é necessária para o saneamento da economia do país como foi no passado o reescalonamento dos débitos do Brasil junto aos bancos internacionais.

Outra reivindicação dos governadores é um projeto de lei que facilite a renegociação das precatórias — ordem judicial que exige

o pagamento de dívidas. “Na época da inflação alta, as precatórias não eram um problema, porque elas eram pagas depois de 24 meses, período em que o valor era bastante corroído. Hoje, a situação mudou”, declarou o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito (PMDB). Desde 1995, o governo gaúcho já pagou R\$ 57 milhões em precatórios. Segundo o governador, esse valor é maior que o dinheiro pago em precatórias nos oito anos anteriores.